

# Estados de espírito, intenções e estigmas

*A tomografia permite medir a actividade cerebral em situações de tristeza e alegria*

“(...) As variações de humor, os «estados de alma», deixam assim de pertencer ao domínio da filosofia.(...)”

“Damásio filma a alegria e a tristeza” in  
*Expresso* 2000-10-09

Este é um exercício teórico desenvolvido no quadro de uma investigação sobre o fenómeno moderno do encarceramento. A intuição de partida é a seguinte:

- a) a prisão é concebida, por oposição a tortura física, como uma tortura psicológica;
- b) tal especificidade da tortura é moralmente mais aceitável para o nível de sensibilidade à repugnância próprio das sociedades capitalistas (cf Elias 1990), à semelhança do vulgar contrato de assalariamento: este é ideologicamente percebido pelo senso comum (enquanto ideologia dominante) como um contrato entre cidadãos formalmente iguais e livres, por oposição à escravatura e ao sistema de poder militarista que esta última pressupõe;
- c) a prisão é tratada pela ciência como um fenómeno psicológico, de contenção de perfis de criminosos, de estudo das formas de adaptação dos condenados ou dos preventivos às vidas de cadeia – ou como um fenómeno administrativo – forma de organização do estado e da justiça, e mais raramente como um fenómeno social;
- d) a prisão é entendida, mais das vezes, como constituindo uma sociedade à parte, tão exterior à sociedade normal como o estrangeiro, insusceptível de uma análise realista das suas vivências sociais ser articulada ou articulável com a vida em sociedade.

Se assim é, na instituição prisional estão investidos interesses sociais racionalizados (por exemplo, através das práticas do Direito e da organização de departamentos de estado especializados) e não necessariamente conscientes e até controversos (por exemplo, as responsabilidades funcionais e políticas de facto dos

sistemas prisional e de reinserção social na produção dos equilíbrios de forças sociais compatíveis com a configuração social vigente) que merecem ser analisadas sociologicamente. Chamemo-lhes *intenções sociais*.

Foi isso que fez Foucault em torno da noção de tecnologia. As prisões são uma estrutura de poder institucional com larga autonomia própria. A partir de uma história de desenvolvimento conceptual, simbolizada pela elegância paradigmática da imagem conceito do Panopticon, segue-se a adopção pelos estados dominantes, Grã-Bretanha e Estados Unidos da América, de uma dinâmica de institucionalização de prisões modernas, enquanto nova referência central punitiva do século XIX, que, a pouco e pouco, se torna geral e global<sup>1</sup>.

Práticas de *institucionalização* como esta são recorrentes nas, e características das, sociedades modernas<sup>2</sup>. A isso mesmo se referem Boltansky e Chiapello (1999) quando analisam, com detalhe, o papel do desenvolvimento conceptual produzido no campo do *management*, paralelo a práticas sociais, tecnológicas e organizativas constitutivas daquilo a que chamam o novo espírito do capitalismo, centrado nas noções de rede e de projecto entendidos como quadros morais de actuação e de legitimação do que sejam boas e modernas actuações/intenções. E do que sejam más e tradicionais actuações/estigmatizadas, como sejam as actividades sindicais ou de defesa de direitos colectivos de trabalho.

As práticas sociais de flexibilização das relações laborais podem ser vistas e entendidas como sendo autónomas da informatização das empresas e ambas diferentes também das estratégias de emagrecimento ou de deslocalização empresariais. Porém, todas estas dinâmicas, e outras, em curso acabam – e, para os que acreditam na teoria das conspirações, começam – numa recorrência estruturada<sup>3</sup> tornada coerente pela sua própria coexistência.

---

<sup>1</sup> Recordemo-nos de como Alexis de Tocqueville, aristocrata francês partidário do progresso das instituições, foi incumbido de visitar os EUA com o fim de beber, *in loco*, a filosofia e a prática das instituições carcerárias. Lembremo-nos ainda de como tal experiência, e o fascínio americano do autor clássico, foi determinante para a sua obra, fundadora de uma das duas ideologias políticas de referência da modernidade dos séculos XIX e XX.

<sup>2</sup> Desde os trabalhos clássicos de Michel Crozier, a sociologia adquiriu como seguro o valor analítico da distinção entre organização formal (racional) e organização não formal ou informal (não racionalizável) com que teoricamente caracterizámos a noção de intenção social que aqui propomos ser uma das fontes da sociogénese dos processos de institucionalização.

<sup>3</sup> Os sistemas racionalizados e burocratizados servem para tornar recorrentes práticas sociais definidas. Porém, não só as práticas sociais racionalizadas são recorrentes. Através de práticas de poder informais obtém-se fenómenos recorrentes paralelos e até contraditórios e condicionadores das práticas formalmente instituídas.

Acreditamos que, *a priori*, não há concertação racional e socialmente controlada possível de tais propósitos<sup>4</sup>. Nenhum *Deus es machina*, por mais maquiavélico que possa ser, tem competência disponível para conduzir racionalmente um *puzzle* fundado e integrado num contexto que, em grande parte, escapa necessariamente às capacidades analíticas e intuitivas de cada ser humano e também de grupos organizados.

Porém, a concentração crescente da propriedade dos recursos terrestres é um facto indesmentível. As tentativas de concertação internacional e global a nível financeiro, comercial, político e religioso são públicas e estão reconhecidamente atrasadas relativamente às concertações competitivas e concorrenciais dos campos de negócios das tecnologias de informação ou da produção de energia, no lado visível da economia, e também atrasadas relativamente às indústrias das armas, das drogas, do sexo e da mão-de-obra imigrante, no lado paralelo da economia. Ambos os lados da economia são tão ciosos dos seus segredos quanto os indicadores com que trabalham são diversos dos indicadores publicados pelas instâncias estatais, precisamente porque os respectivos interesses/intenções também são distintos<sup>5</sup>.

Há dinâmicas de institucionalização privada, centradas no campo económico, que, dadas as suas características assim como as características dos processos de institucionalização no sector público, fora e dentro do campo económico, tal institucionalização privada, dizíamos, pode conduzir, no todo ou em parte, os processos de institucionalização e desinstitucionalização públicos<sup>6</sup>. E fá-lo não apenas de forma racional, seja através da conceptualização e da teorização, do que chama *lobbying* ou actividades corporativas, mas também de forma irracional, nomeadamente através das conhecidas campanhas de *marketing*. Tais produtos intelectuais, os melhores e mais eficazes de entre eles, vão muito para além da informação sobre o produto que se deseja vender e desenham, para o público, imaginários sobre as potencialidades das suas próprias vidas pessoais e sociais, cujo resultado esperado é a mobilização dessas vidas não apenas para consumos mas também para estilos de vida adequados, normalizados

---

<sup>4</sup> Pode ser apenas um efeito ideológico do fracasso de longo prazo das políticas soviéticas, mas actualmente este tipo de convicção está muito generalizada, e, a nosso ver, ainda bem.

<sup>5</sup> Por exemplo, às empresas interessa-lhes desenvolver uma contabilidade que lhes permita minimizar impostos. Aos estados interessa-lhes a contabilidade declarativa das empresas para calcular impostos.

<sup>6</sup> Referimo-nos ao que se costuma chamar supremacia do poder económico face ao poder político, que caracteriza o período histórico que vivemos. Isso também significa (e explica?) um reforço da capacidade de intervenção social de dinâmicas dominadas não racionais (espirituais, emocionais, intimistas, irracionais, de militarização da vida no sentido em que Spencer usava o termo para caracterizar as sociedades não industriais).

na sua diversidade, como nos mostrou apologeticamente Durkheim no seu estudo clássico sobre a divisão de trabalho social.

*A prisão, porque é parte integrante e institucionalizada da sociedade moderna, é, nos dias de hoje, sujeita a dinâmicas de convergências e alianças de intenções institucionalizadoras, como nos mostrou Wacquant (2000). Refere-se o autor a um processo de conceptualização do que seja a segurança urbana e nacional (que é praticamente a mesma coisa) desenvolvido em torno do Mayor de Nova Iorque e dos seus conselheiros de polícia. Mostra como a publicidade/propaganda foi capaz de desenvolver um produto de exportação, tipo “tolerância zero”<sup>7</sup>, para outras cidades americanas e para o mundo, como se de uma receita se tratasse, apresentada por um grupo de especialistas que alegam experiências positivas (que o autor contesta existirem) e referências teóricas científicas. Outra das dinâmicas das políticas prisionais, também com origem dos EUA, é a da privatização dos estabelecimentos prisionais, segundo uma lógica de rentabilização que já foi (e continua a ser) aplicada em muitos outros sectores do estado.*

No presente trabalho procuramos dar um passo teórico na construção de um modelo de análise social aplicável às prisões, enquanto processo de institucionalização ao mesmo tempo integrado e autónomo relativamente a outros processos de institucionalização presentes nas sociedades actuais. Para tal recorreremos a teorizações sobre estados de espírito sociais, com o objectivo duplo de clarificar para nós próprios a respectiva pertinência e âmbito teóricos e de aplicar e explorar a prisão, enquanto objecto social para análise:

- a) Weber fala-nos do espírito do capitalismo como uma configuração comportamental suportada espiritualmente e tornada social e economicamente consistente e reprodutível, em circunstâncias históricas específicas. De tal forma que foi possível, a partir de tal ocorrência singular, ao mesmo tempo extraordinária e vulgar<sup>8</sup>, transplantar experiências de vida social similares noutras partes do globo, sem continuidades geográficas ou ideológicas.

---

<sup>7</sup> Em Portugal o conceito foi utilizado nas estradas, segundo informações dos jornais sem sucesso. Porém o conceito pode ser aplicado nas ruas das cidades, de forma perigosa para quem prefere a tolerância. Foi essa a hipótese defendida pelo guru da aplicação desta filosofia quando esteve em Lisboa, para uma conferência a que assistiram as mais altas individualidades do estado directamente ligadas aos problemas de polícia, numa das últimas semanas do ano 2000.

<sup>8</sup> A história das sociedades, como a história natural ou a evolução das espécies, são constituídas por grandes patamares de estabilidade. Tais estabilizações são, porém, sempre ilusórias porque sabemos como

- b) Alberoni (1989) fala-nos do estado nascente como ponto de partida formal, ao mesmo tempo psicológico e social, dos movimentos sociais<sup>9</sup>. Estes, por sua vez, quando suficientemente fortes e eficazes, constituem-se em pontos de partida para processos de institucionalização ou de actualização/mudança institucional. São energias vitais e indispensáveis para que a entropia provocada pelas contingências sociais da sociedade global, quais fontes de inércia, não aniquile a própria existência de cada instituição.
- c) Elias (1990) fala-nos dos diversos modos como os diversos países europeus, em particular a Alemanha, a França e a Inglaterra, viveram a luta de classes na época da emergência do capitalismo e de como isso marcou estruturalmente a vida social dos povos submetidos a tais autoridades estatais, ao ponto de se auto e heteroreconhecerem caracteres nacionais próprios e apropriados, que os indivíduos reproduzem sem intenção e podem afirmar e reconhecer como forma de auto ou hetero identificação pessoal e social.
- d) Damásio (1999) mostra-nos como a análise dos sentimentos e da consciência têm sido ideologicamente recalcados pela ciência moderna e como, ao mesmo tempo, está na altura de romper as limitações epistemológicas que nos têm condicionado no (não) estudo de fenómenos só aparentemente não observáveis através das metodologias disponíveis. O autor fala-nos de um método indirecto em neurobiologia, método esse equiparável aos métodos utilizados desde há mais de cem anos pelas Ciências Sociais, e parte integrante da luta dos seus praticantes para afirmar a dignidade científica do seu labor e das suas afirmações. Em resumo: os sentimentos e as emoções são factos corporais empiricamente verificáveis, quotidianamente de resto, e, portanto, não apenas susceptíveis de serem analisados mas de cuja avaliação depende o correcto entendimento de fenómenos mais gerais sobre a condição humana em geral, em particular os modos de articulação entre o corpo e a mente, o individual e o social.

---

estão sempre em risco de ser perturbadas por acontecimentos imprevisíveis e extraordinários, do ponto de vista daquilo que é visível nos estados de estabilidade. Tais perturbações são tão vulgares que são de esperar que aconteçam regularmente, ainda que de forma não anunciada.

<sup>9</sup> Para este autor são movimentos sociais a inovação científica ou a inovação empresarial e, portanto, não tem de haver contradição evidente e vivencial entre o pessoal do movimento social e o pessoal da instituição. Pelo contrário, acontece empiricamente um mesmo indivíduo cumprir os dois papéis ao mesmo tempo, o que lhe poderá dar maiores oportunidades de transformação e de fortalecimento da instituição.

e) O recente estabelecimento de uma corrente sociológica de investigação sobre as emoções, de inspiração cruzada nas teorias sociais sobre o corpo e nas teorias do género e feministas é outra fonte de inspiração e de referências para este trabalho. Do que tenho aprendido (Williams 2000) tratasse de reintroduzir as vertentes de análise clássica que tinham em conta o ser social não como uma abstracção própria dos modelos que acabaram por ser reificados com a reprodução em série da sociologia nas escolas, mas como incorporação individual e particular de práticas, experiências, empatias, dependências ou estruturas e configurações sociais, todas indispensáveis e organizadoras das reacções e das acções corporais e mentais, que assim se difundem em direcções privilegiadas, uma vez reunidas condições sociais empíricas para isso mesmo. É, portanto, um esforço organizado para superar dificuldades de articulação entre análises micro e macro, psicológicas e sociais, materiais e imateriais. Imonen (2000) está a desenvolver um conceito de emoção, para uso na sociologia do consumo, como envolvimento entre um ser social e um objecto, que tanto poder ser animado como inanimado, um actor social ou não. Tal teorização parece convergente com a noção de intenção que queremos aqui apresentar, no seguimento do que acima ficou dito e como noção de suporte a uma outra maneira de entender o que seja um estigma social, assunto com óbvia relação directa com o nosso campo empírico de referência, a que faremos referência mais adiante.

Hesitámos em substituir a frase estado-de-espírito pela palavra emoção. Assim seria conseguido algum efeito protector em relação aos rigores das avaliações dos defensores das tradições teóricas dominantes. Decidimos não o fazer por nos parecer que estado-de-espírito pode ser interpretado como um estado emocional relativamente estável e específico de uma determinada configuração social, como é exemplo o carácter nacional em Elias, ou até uma subconfiguração como seja o caso do espírito do capitalismo desenvolvido por Boltansky e Chiapello a partir da noção de Weber. Neste sentido, *estado-de-espírito seria uma emoção socializada*, que aparece como um facto exterior, como um fenómeno social total, para usar noções durkhemianas. Mesmo que saibamos, como veremos já de seguida, que tais emoções podem não ser captadas por alguns indivíduos, ou melhor, só serão captadas por indivíduos privilegiados, disponíveis e capazes de sintonizarem tais emoções circulantes, a interiorização de

normas e valores sociais ocorre efectivamente, embora não sem uma participação activa, construtiva e selectiva, dos indivíduos, de cada indivíduo.

O modelo de análise

À semelhança do modelo utilizado por António Damásio para a sua definição de consciência humana, do ponto de vista neurobiológico, ensaiaremos para o estudo dos estados-de-espírito um esquema lógico idêntico, mas ajustado à tradição analítica praticada em sociologia. O estado-de-espírito, como a consciência em Damásio, é um conceito teórico-empírico que se refere a uma instância reconhecida pelo senso-comum – embora com uma definição insatisfatória para fins científicos – e não tratada explicitamente pela Ciência. Urge, pois, mobilizar a atenção da comunidade sociológica para o eventual interesse do tema<sup>10</sup>, estabelecer alguns instrumentos e parâmetros metodológicos susceptíveis de serem utilizados com vantagem relativamente a outros já disponíveis<sup>11</sup> e delimitar o campo teórico de acção do conceito, clarificando-o, que é a tarefa que aqui nos ocupará.

Fig. 1 Esquema resumo (muito) simplificado do esquema analítico usado por Damásio (1999)<sup>12</sup>

Estado-de-espírito refere-se a três tipos de sistemas de interacção social:

- a) Às relações sociais que se estabelecem “naturalmente”, sem reflexão, instintivamente, sem aviso ou controlo, sem necessidade de comunicação entre as partes e sem possibilidade de repressão directa. Tanto pode tratar-se de um sentimento de simpatia, familiaridade e de prazer pela presença de indivíduos ou de objectos, como de uma mobilização espontânea de um grupo mais ou menos vasto de pessoas que actualizam pela acção

---

<sup>10</sup> Se este artigo fosse uma página de Internet escreveríamos “Estados-de-espírito não conhecem fronteiras” (em construção).

<sup>11</sup> “Estados-de-espírito – instrumentos analíticos”, em construção.

<sup>12</sup> Estão ausentes elementos fundamentais da dinâmica e da reflexividade da mente, como sejam as memórias de factos, de aptidões e de trabalho, capacidades de raciocínio e de linguagem (cf Damásio 2000:359). “Na lista de operações que permitem aos seres humanos ser o que são, a consciência nuclear não ocupa um lugar especialmente elevado. Não está no pináculo da lista. Pelo contrário, situa-se ao nível dos alicerces de um complicado edifício.” (Cf. Damásio 2000: 353).

sentimentos de pertença a um povo, a uma geração, a um partido, a uma igreja, a uma religião, etc. Chamemos-lhe *sintonias*.

- b) A troca e avaliação de intenções pode, ou não, cristalizar-se em estigmas. Por isso mesmo é regra de ouro de um discurso elevado, bem feito, distinto, em particular do discurso científico, não atribuir *intenções/estigmas*. A regra de ouro explica-se a dois níveis: os discursos quotidianos estão intensamente povoados de intenções/estigmas auto-atribuídos e hetero-atribuídos, como forma de troca de informação sintética e orientadora da acção de curto prazo. A suspensão da acção para reflexão e para eventual reorientação justifica que seja a ausência de juízos de intenções uma condição fundamental, mas não suficiente, de avaliação da profundidade do julgamento expresso, tendo em conta o passado provável e o futuro previsível.
- c) De forma mais pragmática, a presença dos juízos de intenção, e os estigmas que lhe estão associados, limitam o público potencial e a extensão possível da difusão do texto. Ao inverso, a completa ausência de intenções e de estigmas num texto tornam-no incompreensível<sup>13</sup>. A especialização *comunicacional* (como sector de actividade e também como especialização técnica e científica), defensiva e ofensiva ou, no dizer de Parkin (1979), para fins de fechamento de exclusão ou de fechamento de usurpação, organiza e compatibiliza desigualdades sociais e funcionais. Possibilita a cada indivíduo enfrentar as *contingências* pessoais e sociais da vida, em função do nível de estratificação que lhe é proposto e ao qual está previamente condicionado a aceitar como adequado para si.

Estado-de-espírito, para fins de análise estrutural, refere-se à conformidade naturalmente seleccionada entre a consciência neuro-biológica e a consciência social a que cada indivíduo quer e/ou deseja ou é obrigado a pertencer<sup>14</sup> e a desenvolver.

Fig. 2 Esquema analítico inspirado em Damásio (1999) para desenvolver a noção de estado-de-espírito

---

<sup>13</sup> O que acontece é que os chamados teóricos aprenderam a dar sentidos mais elevados à sua escrita, tornando-a inacessível ou apenas parcialmente apreensível aos indivíduos que não praticam esses modos específicos de reflexão. Com o desenvolvimento do saber cientificamente acumulado, os círculos de iniciados tornam-se mais limitados, mas especializados.

<sup>14</sup> Ver “Cenas da vida de um cavaleiro” in Elias, 1990.



Uma das maiores virtudes da concepção de António Damásio é a de explicar como a consciência pode agir sobre os sistemas que a alimentam. A bem dizer é isso o essencial da função da consciência: a sua capacidade retroactiva ou reflexiva, que funciona através da forma integrada como cada momento presente é vivenciado e como o passado e o futuro se inscrevem na mente e no organismo humano, também de forma integrada, através da inteligência ou da memória, do afecto ou da reacção treinada e adquirida. A acção consciente é capaz de provocar alterações nos sistemas que alimentam a consciência, provocando assim um fluxo ao mesmo tempo contínuo e descontínuo da própria consciência, sempre estável no seu funcionamento, na sua identidade, sempre instável na sua acção e na sua vontade.

Do mesmo modo também os estados-de-espírito se relacionam com os sistemas sociais identificados como seus fornecedores de informação, no sentido cibernético que Damásio usa. Na verdade, só por nossa intenção de valorizar estados-de-espírito os restantes três sistemas sociais surgem como elementos seus constituintes. Na sociedade, como acontece com o indivíduo, há momentos em que um dos sistemas está mais presente e em efectividade de funções, constituindo-se em factor de transformação dos restantes, sem que nenhum dos outros se desvaneça completamente ou perca as potencialidades de intervenção aos níveis para que está especialmente vocacionado. É condição da nossa cultura ocidental sobrevalorizar o poder da mente como entidade isolada, estigma por excelência da nossa superioridade face às outras espécies. Mas não é assim no oriente, por exemplo. Em que o ideal da sabedoria é precisamente a vazia da consciência, representada como a comunhão espiritual com o cosmos, a paz e a inércia eternas.

A pesquisa teórica e prática sobre o conceito estado-de-espírito e seus usos potenciais está numa fase em que mais parasita outros conceitos, como sejam as sintonias, as intenções/estigmas ou a comunicação/contingência, do que intenta uma definição por si própria. Tais conceitos, porque não têm sido centrais para a sociologia tal qual ela se faz (com excepção do conceito de comunicação), só poderão ajudar a delimitar o campo de intervenção desta incursão teórica se servirem para descer à terra, digamos assim, i.e. para estabelecer contacto com as práticas teóricas e analíticas sociológicas reconhecidas. É isso que procuraremos fazer de seguida:

Quadro 1. Movimentos sociais

“Quadro 2”

(equivalente ao sistema visceral de Damásio)

As sintonias ou movimentos sociais ao acontecerem usam, reproduzem e transformam valores e representações sociais. As sintonias ou os sentimentos que afloram de forma a obrigarem à expressão, mais ou menos conseguida e independentemente dos resultados práticos, fazem parte integrante da personalidade de cada um. Bourdieu, a propósito do gosto socialmente orientado, mostrou-nos como o *habitus* se impõe aos indivíduos. As sintonias ocorrem sem aviso e estruturam o futuro das experiências sociais – experiências estabilizadoras e/ou transformadoras das gerações, das comunidades, dos grupos ou das pessoas que as vivem<sup>15</sup>. Como o *habitus* representa a estrutura do passado que se projecta no futuro, interiorizado em valores, representações, expectativas e competências várias, assim as sintonias representam a estrutura do futuro construído simbólica e imaginariamente nas intenções latentes ou explícitas, internas e externas, ao mesmo tempo contíguas e recorrentes, com vista a resolver problemas existenciais de atribuição de sentido da actividade quotidiana e da própria vida.

Quadro 2. Poder instituído

“Quadro 2”

(equivalente ao sistema esquelético-muscular de Damásio)

Intenções e estigmas estão um para o outro como o género masculino está para género feminino, em simbiose constringedora. As intenções reconstróem a realidade e produzem os instrumentos de manipulação da mesma, a partir de posições sociais especificamente estruturadas para o efeito. Os estigmas condicionam a capacidade de realização das intenções. Por um lado limitam as relações sociais possíveis de mobilizar e os instrumentos de poder utilizáveis, quando o estatuto social é de nível superior – estigma positivo, privilégio moderno. Por outro lado carregam certo tipo de acções sociais exorcizantes contra grupos humanos de estatuto social inferior – como acontece com os imigrantes, com os ciganos, com os negros, com as mulheres, com os jovens quando se pensa nos problemas de emprego, de segurança ou de moralidade, por exemplo.

---

<sup>15</sup> Ver sobre o assunto as teorias dos movimentos sociais e da institucionalização de Alberoni 1989.

Consoante o ânimo ofensivo ou defensivo assim indivíduos, grupos ou sociedades inteiras se mobilizam para transformar ou suportar os modos-de-vida actuais, através de exercícios de poder orientados por aquilo que são capazes de imaginar e pelas formas tradicionais ou racionais de acção, reconhecíveis ou emergentes, num espaço-tempo institucionalmente mais ou menos controlado.

As acções sociais desenvolvidas funcionam como interruptores ou catalizadores de sintonizações de estados-de-espírito, encaminhando e dando corpo, na prática, ao imaginário intencionalmente procurado, através do confronto com as contingências estruturais e ocasionais.

#### Quadro 2.1. Interruptores/catalizadores de sintonizações de estados-de-espírito

Sempre há um poder instituído em qualquer sociedade ou comunidade humana que possamos considerar. Sempre há intenções e estigmas presentes que relacionam o passado, o presente e o futuro, assim como toda a espécie de tensões sociais a esse respeito. Nem por isso é menos claro haver situações caracterizáveis por incluírem poderes tirânicos por contraste com outras situações em que os poderes instituídos são mais libertários. Tal caracterização depende menos das intenções dos poderosos e mais da configuração social a estudar, incluindo o estado-de-espírito social dominante (seja ele nacionalista, revolucionário, popular, elitista, aristocrático, religioso, anómico, economicista ou outro) e a luta que sempre ocorre na procura de estados-de-espírito mais favoráveis à vida, tanto a nível prático imediato como também a nível espiritual correspondente, tratável apenas num prazo mais dilatado.

A importância do estado-de-espírito não se fecha no imaginário ou na ideologia. Na guerra como na paz, a manutenção ou a transformação em cada momento da vida material depende da vontade de cada um e da influência diferencial que cada um tenha na situação social. Da mesma forma que a consciência humana, de acordo com António Damásio, existe porque passou o teste da selecção natural, quer dizer, mostrou poder dar à espécie humana, que a desenvolveu, plasticidade e capacidades de adaptação prática a todo o planeta (e talvez um dia a mais do que um planeta) a mesma forma o estado-de-espírito actua socialmente de forma reconhecível, portanto susceptível de ser estudada, como instrumento de articulação entre as necessidades neurobiológicas de cada ser humano, a existência social dos grupos humanos quotidianos e a estruturação social.

Do ponto de vista metodológico, seguindo a sugestão de Damásio no seu estudo neurobiológico sobre a consciência, procederemos por aproximações sucessivas e por técnicas de análise indirectas. Para verificarmos a presença e a intensidade da influência social de um certo estado-de-espírito não sabemos ainda conceber uma forma directa de as captar e medir. Mas nada nos impedirá, excepto a falta de intenção ou a presença de estigmas, de atentarmos na expressão estética social e, dessa forma indirecta, usando as capacidades de raciocínio disponíveis, construir análises empíricas e desenvolver potencialidades teórico-metodológicas.

### Quadro 3. Expressão estética social

“Quadro 3”

(equivalente ao sistema de sentidos de Damásio)

#### Teste analítico de intenções e estigmas

No último Verão do milénio findo, em Portugal, através da comunicação social, e em particular da televisão, viveu-se uma espécie de histeria colectiva, intelectualizada, que resultou, a curto prazo, na demissão do ministro das polícias. O que nos vai interessar neste caso é o facto, paralelo, de ao mesmo tempo que se associaram os jovens negros à organização de *gangs* delinquentes juvenis e ao sentimento de insegurança nacional – melhor dito urbano, centrado em Lisboa e Porto – o ministro que teve de enfrentar o fenómeno se queixar, por sistema, da condição periférica do Porto (segunda cidade do país) e dos portuenses em relação à distribuição de recursos do estado, via planeamento central. Tratam-se, portanto, de fenómenos de xenofobia, ainda que mitigada, mesmo que apenas alegada<sup>16</sup>, que atribuíram intenções e estigmas aos jovens negros, ao ministro, à comunicação social, a forças clandestinas na sociedade portuguesa.

Com o fim do Verão, como já tinha acontecido três anos antes a um fenómeno equivalente, o sentimento de insegurança esgotou-se em si mesmo<sup>17</sup>. Os argumentos do ministro, em particular de que as estatísticas do crime não justificavam o alegado sentimento de insegurança que se vivia, foram estigmatizados como reflectindo insensibilidade (às subtilezas do sentimento colectivo) e inaptidão política (para, mesmo sendo certa a racionalidade do seu raciocínio, ter habilidade para não enfrentar de peito aberto a fúria “popular” citada nos media). O ministro acabou por protagonizar uma demissão polémica, que veio a ter sequelas na política portuguesa a curto prazo<sup>18</sup>,

---

<sup>16</sup> Sobre os problemas de abuso da utilização de termos como este e dos riscos de perda de sentido, de rigor e de eficácia performativa devido ao seu sobre uso, ver Machado (2000).

<sup>17</sup> Chegou a haver um debate televisivo com os partidos políticos, mas a reivindicação do CDS/PP, partido parlamentar mais à direita, para baixar a idade de imputabilidade não vingou, talvez satisfeito com a postura do governo de garantir estar planeada uma atenção redobrada à delinquência juvenil, através de nova lei – ao mesmo tempo mais educativa e mais punitiva – sobre a tutela estatal sobre jovens em risco, digamos assim.

<sup>18</sup> Num caso de alegada corrupção por parte de membros do governo de onde foi demitido, o ex-ministro tornou-se uma testemunha central. Os meios de comunicação interpretaram o facto como uma demonstração de que a “vingança se serve fria”.

interpretada por ele próprio e por políticos próximos como constituindo o resultado do trabalho de *lobbies* contra o Norte e os “homens do Norte”.

A primeira observação analítica sobre o caso, aqui brevemente esboçada, é a de que há, por parte de vários agentes sociais, uma tentativa de enquadrar o choque, mediaticamente configurado, de uma artista estimada pelo público português ter sido vítima – quase como num *real show* – de uma alegada tentativa de violação e de um roubo consumado. Cada um dos agentes sociais, na procura de potenciar o seu próprio movimento social<sup>19</sup>, procurou sintonias eficazes e pertinentes com a onda estética emitida pelas ondas electromagnéticas das emissões de televisão. Na linguagem de Damásio, o sistema visceral da sociedade portuguesa, para melhor explorar a expressão estética da simpática artista em perigo a querer comunicar, ao vivo e em directo, a sua angústia pessoal, procurou, com intenção, concentrar a sua capacidade de sintonia com os seus sistemas dos sentidos. Para o efeito ajudará uma postura adequada do sistema esquelético-muscular. Em qualquer caso, tal sistema sofrerá sempre as consequências de fazer parte do mesmo corpo que procura sintonizar vibrações internas e vibrações externas.

Na linguagem sociológica que nos propomos testar, deverá dizer-se qualquer coisa do género: o sistema de movimentos sociais da sociedade portuguesa<sup>20</sup>, para melhor explorarem a expressão estética mediática ocorrida, concentraram a sua capacidade de comunicação – que estava reduzida pelas férias de Verão – seja para desenvolver uma ofensiva<sup>21</sup>, seja para marcarem a sua trincheira defensiva<sup>22</sup>. Para o efeito, mobilizaram catalisadores e interruptores de intenções e estigmas, de parte a parte, propondo às instituições as posturas e práticas que lhes pareceram mais adequadas ao saudável convívio social. Num caso, a prisão de todos suspeitos de causarem sentimentos de insegurança pareceu uma boa postura de ataque ao governo, mas principalmente aos estrangeiros e jovens delinquentes. No outro caso, o desenvolvimento de programas de intervenção social não discriminatórios e anti-

---

<sup>19</sup> Aqui, movimento social é concebido na acepção de Alberoni (1989), mais ampla do que outras versões sociológicas do mesmo conceito.

<sup>20</sup> Intervieram no debate partidos políticos, como já vimos, mas também especialistas das Ciências Sociais e da Criminologia, associações de imigrantes e associações cívicas.

<sup>21</sup> No caso foi o CDS/PP que avançou com uma proposta que prometeu vir a submeter ao Parlamento, logo que ele abraße a actividade, depois das férias de Verão. Na altura os meios de comunicação comentaram o facto de o líder desse partido ser o único que, durante as férias parlamentares, se mantinha activo.

<sup>22</sup> No caso foi um grupo de 20 associações cívicas que trabalham com imigrantes a produzir uma declaração pública contra a xenofobia, bem como várias declarações de cientistas e técnicos sociais que foram procurados pelos jornais.

zenófobos, em particular o apoio às actividades associativas de integração social de estrangeiros e dos filhos (portugueses ou estrangeiros) de imigrantes de primeira vaga. Num caso a contenção nos limites da fronteira do imigrantes ilegais e a sua caça no interior, para os que conseguem escapar. No outro caso, a legalização de todos os ilegais e a regulamentação planeada das potencialidades e necessidades de mão-de-obra imigrante.

Nesta análise, é na dimensão intermédia, a nível institucional portanto, onde se dá o encontro entre as intenções<sup>23</sup> e o aparelho de estigmas disponível em cada momento, conforme a sensibilidade política dominante, que desenha um ambiente estético e social específico, que pode evoluir e até ser contraditório, mas não deixa de existir como estrutura afectiva e emocional, ideológica, cultural e de redes sociais de poder diferencial<sup>24</sup>. Tal aparelho de estigmas tem como pano de fundo estruturas cognitivas, culturais e simbólicas como a língua pátria e as línguas dialectais e estrangeiras vividas pelas populações, ou como a estação do ano que se viva e todos os significados que a cada um delas possam estar associados e que sejam (intencionalmente<sup>25</sup>) mobilizados.

Não faremos aqui análises mais aprofundadas sobre a sociogénese das xenofobias interna e com estrangeiros. O que fica apresentado é suficiente, parece-nos, para guiar uma investigação científica de recolha de elementos empíricos que possam constituir demonstração de intenções e estigmas activos na sociedade portuguesa, cuja persistência, profundidade, intensidade e importância no curto e no longo prazo podem ser apreciadas cientificamente. Preferimos, nesta fase da nossa investigação, estabelecer um outro caso – o caso do uso das prisões preventivas – para um segundo teste superficial de aplicabilidade do nosso modelo teórico.

“(…) a ascensão do Estado penal é particularmente brutal e espectacular na América (... mas) Faz-se também sentir por toda a Europa (...). Prova-o o *aumento rápido e contínuo das taxas de encarceramento em quase todos os países-membros da União* no decorrer da última década” com Portugal à frente “de 93 para 125 por cada 100.000 habitantes” (Wacquant 2000: 102, itálico no original). “O resultado” diz o autor mais adiante, a página 108, “é, para crime ou delito igual, uma *‘sobrecondenação’ a penas de prisão sem remissão dos indivíduos marginalizados pelo mercado de*

---

<sup>23</sup> Expressões, ou impressões, racionalizadas dos sentimentos e emoções dos movimentos sociais.

<sup>24</sup> No caso vertente, o estado rosa do domínio político do PS, por oposição ao estado laranja, da memória dos tempos de domínio do PSD.

<sup>25</sup> No sentido que aqui usamos, intenção pode ser racional ou não, consciente ou não, explícita ou não.

*trabalho*” (itálico no original). “A ‘justiça a 40 velocidades’(...) sabe acelerar quando se trata de prender e encarcerar os habitantes dos perímetros estigmatizados com forte concentração de desempregados e de famílias oriundas da imigração operárias dos ‘trinta anos de glória’, pudicamente designados como ‘bairros sensíveis’ (...) é assim que, na Europa inteira, as práticas policiais, judiciais e penais convergem pelo menos pelo facto de se aplicarem com uma diligência e uma severidade muito particulares às pessoas de fenótipo não europeu (...)” (op.cit.: 107). Eis uma descrição do ambiente social, daquilo que os sentidos podem captar, no que respeita às práticas de encarceramento, em geral. Daqui é possível encontrar pistas de investigação sobre estigmas sociais estruturantes em vigor nos espaços civilizacionais em que se enquadra a realidade portuguesa, que de resto nos remetem para problemáticas a que nos referimos no caso anterior.

Tais pistas de investigação tanto podem organizar-se de forma comparativa – pelo que ficaríamos a saber que tem Portugal, para além de outros indicadores prisionais mais violentos, uma taxa de encarceramento preventivo maior que a generalidade dos países europeus – ou de forma intensiva – procurando informação mais detalhada sobre as práticas institucionais concretas que suportam as estatísticas oficiais. “(...) é vergonhosa a forma como se prende neste País, pois inicialmente quando somos apresentados ao Juiz de Instrução Criminal a única maneira de nos mandarem encarcerar é baseado em Perigo de Fuga, Perturbação de Inquérito e Alarme Social (em maiúsculas no original) e depois os processos são encerrados em redomas de vidro 6, 8, 12 e 18 meses sem que as medidas de coacção sejam alteradas como determina o nosso Código de Processo Penal, pois as motivações iniciais deixam de existir como por exemplo perturbação de inquérito (pois os processos são encerrados em 6 a 8 meses) alarme social já é motivação que nenhum Magistrado devia ter a coragem e o descaramento de se pronunciar pois já foram tornados públicos casos” mediáticos de grandes grupos de interesses nacionais abrangidos por declarações judiciais de prescrição de prazo de apreciação e julgamento de crimes alegadamente cometidos. “Não é nossa lembrança que as Medidas de Coacção sejam revistas e alteradas, os despachos de 3 em 3 meses são uma autêntica fotocópia (...): ‘por não se terem alterado os pressupostos que levaram à aplicação da Medida de Coacção Prisão Preventiva mantenho a mesma medida’. Depois é requerimento atrás de requerimento e nada. Ao fim de 18 meses somos submetidos a julgamento e 50% são absolvidos e quando termina o pesadelo começa outro: a exclusão social (...)”. “(...) quando primeiro se devia



investigar para prender, processa-se precisamente o contrário: prende-se para investigar, desrespeitando o Código do Processo Penal, onde as medidas de coacção, porque restringem a liberdade das pessoas, só podem ser aplicadas em função de exigências processuais de natureza cautelar artº 191, nº 1 CPP (...)” (Catanheira 2000).

Repare o leitor, no caso em apresso, na coerência funcional entre as práticas (in)formais instituídas pelos tribunais, conforme descritas acima, e a luta social e política pela afirmação do estado penal contra certos sectores da população, sujeitos a processos vários de estigmatização. Repare mais, caro leitor, como a concentração dos discursos na revelação das articulações entre os níveis institucional e estético – na terminologia do nosso modelo – encobre sentimentos e emoções (movimentos sociais, no sentido de Alberoni) sem os quais nenhum dos textos apresentados seria sequer equacionado. Noutra perspectiva, os mesmos textos parecerão “ideológicos”, “radicais”, “extremistas”, “exagerados”, “mirabolantes”, “traições”, “intelectualizantes” a pessoas incapazes de viver sentimentos e emoções adequadas às formas e conteúdos de comunicação acima vertidos.

A análise da sociogénese da luta de classes pode ser abordada através da análise da aproximação científica ao que sejam as prisões preventivas. A consideração de diversos níveis da actuação social considerados (quotidiano ou emocional, institucional ou organizativo, estético ou político-ideológico) permitirá trabalhar apenas ao nível da cultura política ou apenas ao nível do quotidiano da vida de uma classe social determinada ou ainda ao nível da análise de processos administrativos e jurídicos, tendo presente as limitações de cada uma das opções de trabalho, a sua mútua influência, a especificidade própria de cada nível. Quando assim se proceder, o problema de saber como e quando a influência de um dos níveis, por exemplo o dos movimentos sociais, se elevará ao ponto de obrigar a transformações não intencionais dos outros níveis de realidade, sejam as instituições sejam as culturas e políticas estruturalmente dominantes, deixa de ser um problema de opinião teórica para se colocar no centro do debate científico, ao mesmo tempo conjuntural e estrutural, ao mesmo tempo mobilizado por emoções próprias das intenções de cada projecto de investigação estabelecido e capaz de antecipar logicamente a presença de outro tipo de emoções analíticas, eventualmente ausentes do terreno empírico ou apenas desconhecidas no momento.

O estigma de Goffman e estados de espírito

Nas “noções preliminares” das suas clássicas “notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, Erving Goffman (Goffman 1988) define estigma como uma relação entre um atributo e um estereótipo que é fixada numa pessoa, tomada como bode espiatório social, tendo por efeito a minimização ou mesmo a supressão da condição humana dessa pessoa, que passa a ser considerada um corpo susceptível de ser manipulado. O autor alonga-se em alusões às formas concretas que o processo de estigmatizar pode assumir e nos seus efeitos nos protagonistas (distinção, vergonha, agressividade, condescendência, retraimento, evitamento, etc.) mas é claro quanto ao sentido da imposição do estigma: ele é atribuído por pessoas “normais” e sujeito a um processo de avaliação colectiva<sup>26</sup>.

Esta apresentação teórico-empírica do que seja o estigma sofre de um problema lógico: a tautologia. Dada a unidireccionalidade da imputação do estigma, dos normais para os outros, estes últimos, como a pescada, antes de o ser já o eram. A estigmatização é explicada pela diferenciação social entre normais e os outros e, ao mesmo tempo, procura explicar porque é que os outros não são considerados normais: precisamente por que são estigmatizados. Por isso, dizer estigma ou exclusão social torna-se praticamente dizer o mesmo, embora o primeiro conceito se refira mais ao mundo simbólico e o segundo derive directamente de referências como a pobreza, relativas ao mundo material. O estigma funciona assim, necessariamente, como um reforço ao mesmo tempo cumulativo e explicativo da exclusão social, que provoca um efeito de evidência, no seguimento do estabelecimento de uma rede de causas-efeitos cruzadas entre estes dois domínios de análise separados por conveniência de raciocínio.

O senso comum sobre o estigmatizado, i.e. a ideologia dominante, é tomado por Goffman não como um jogo de intenções sociais tecidas através de lutas quotidianas mas antes como uma profecia que se autorealiza necessariamente. Para Goffman o estigma não se aplica, por definição, a pessoas normais. Ponto final. É como que uma doença: uma relação não normal, portanto, entre a identidade social real e a identidade social virtual, esperada. Ora, esta dificuldade de gerir a heteronímia, que em Pessoa saltou exuberante para a escrita, pode ser que não seja própria do homem, mas certamente é vulgar no homem moderno. Claro que para alguns pensadores o homem moderno não é normal. Mas para quem queira aprofundar os conhecimentos sobre o homem moderno parece ficar claro que não é conveniente utilizar o conceito de estigma

---

<sup>26</sup> Seria esta avaliação que garante que o estigmatizado, o não normal, não possa usar da prerrogativa dos normais.

que ... estigmatiza, à procura dos indivíduos que sejam socialmente considerados anormais e excluídos, para ratificação teórica legitimadora automática<sup>27</sup>.

Outra consequência prática desta forma de abordagem dos processos de estigmatização é a figura do “informado” solidário, a meio caminho entre o normal e o estigmatizado, i.e. uma anormal que merece alguma simpatia. Tal personagem aceitaria trabalhar, por amizade ou profissão, no meio dos estigmatizados como seu igual, sendo (quase?) normal, com o objectivo de lutar contra o estigma, das mais diversas maneiras. O informado faria circular informação de fora para dentro e vice-versa dos grupos de estigmatizados e poderia ser identificado por um comportamento particular: não envergonharia os estigmatizados<sup>28</sup>.

É certo que ao longo da análise a inconsistência teórica é evitada, por exemplo, através da introdução de novos conceitos, como o de desvio, que permitem desfocar e complexificar as declarações introdutórias. O estigma é então apresentado já não como um atributo mas como uma perspectiva, sofre uma ligeira desmaterialização, como que para corresponder à ocorrência de casos de injustiça, erro ou má intenção.

Será que o estigma terá que ficar sempre pregado à pele da pessoa estigmatizada? O processo de estigmatização é irreversível? O acontecimento (verdadeiro ou falso) que justifica o estigma torna o estigmatizado definitivamente um pária social? A resposta é dupla: “A estigmatização daqueles que têm maus antecedentes morais pode funcionar como meio de controlo social formal” (cf. op.cit.: 150). Aqui a resposta a todas as perguntas parece ser sim. A tautologia apontada anteriormente funciona aqui directamente: os antecedentes morais são conhecidos “formalmente” através do estigma. Porém, numa passagem anterior Goffman retoma a discrepância entre a identidade real e a virtual para explicar que efectivamente podem ocorrer erros de avaliação, para os quais o controlo da informação é fundamental, mas os estragos serão tanto mais irreparáveis quanto visíveis e incontornáveis forem os estigmas. Quer dizer: há uma ténue esperança de que se possa, num caso ou noutro,

---

<sup>27</sup> A proposta analítica de Goffman de considerar a descrição de uma “carreira moral” do estigmatizado para melhor legitimar o processo de estigmatização de que terá sido vítima parece ser suficiente para informar da “intenção” do autor, i.e da decisão política activa protagonizada pelo autor com fins de agenciamento científico (rever proposta analítica do quadro “Interruptores/catalizadores ...”).

<sup>28</sup> Como o leitor perceberá, a nossa atenção virou-se em particular para este personagem goffmaniano na medida em que ele é charneira entre os dois mundos concebidos pelo autor e tal mediação parece ser feita apenas por trabalhadores sociais, cuja motivação pode ser ou não profissional, mas o estatuto é sempre intermédio e sem intenção seja militante, seja religiosa, seja científica, seja vocacional ou outra.

responder não a algumas das perguntas feitas. Principalmente através da figura do “informado”, que se chamará assim por ser capaz de controlar a informação<sup>29</sup>.

## Conclusão

Estado-de-espírito de uma pessoa, de um meio social quotidiano que queiramos considerar, de uma realidade institucional ou de um movimento social, de um local, de uma região ou de um país pode ser analiticamente investigado e cartografado de forma sistemática por uma ou várias equipes de investigação, submetidas a regimes disciplinares, subdisciplinares ou multidisciplinares, usando metodologias quantitativos, tipológicas, intensivas ou comparativas.

A abordagem aqui apresentada entende a realidade da existência de níveis sociais teórico-empíricos (ver Bronte, 2000) através de um sistema de análise empiricamente ancorado mas, ao mesmo tempo, à descoberta dos limites apropriados de cada um dos três níveis maiores conceptualmente considerados. Se sabemos existirem três níveis sociais (quotidianos, organizativos ou institucionais e ideológicos, estéticos ou políticos) sabemos que, por um lado, nos é impossível concentrar a atenção, a linguagem e a comunicação em todos ao mesmo tempo e, por outro lado, há momentos históricos em que nos é difícil compreender e entender o que cada uma das lógicas sociais tem a ver com a outra – pode parecer até que estão em contra-ciclo – noutros momentos a dificuldade é a inversa: como distinguir política da vida quotidiana? Por isso, a concepção que desenvolvemos centra-se na análise institucional (ver sobre o assunto Dores 1996) o que nos permite considerar o quotidiano como caixa preta<sup>30</sup> e as impressões estéticas como ambiente, ambas fora no nosso quadro e intenção de explicação ou compreensão. O que fica de essencial para estudar são as formas de mediação entre os níveis imediatamente inferior e superior que podem ser captados empiricamente ao nível em que concentrámos a nossa pesquisa.

É claro que todo o nível teórico-empírico que queiramos e saibamos escolher suporta mais de um nível superior e mais de um nível inferior, ainda que a densidade de uns e outros varie conforme o nível analisado. Por isso poderia justificar-se, como fez

---

<sup>29</sup> Presume-se, pois, que os próprios desviados-estigmatizados sofrem de iliteracia, como qualquer excluído normal.

<sup>30</sup> Apenas conhecemos causas e efeitos mais vulgares que acontecem ao nível imediatamente superior. Para possibilitar o fluxo do raciocínio, suspendemos o questionamento do entendimento que temos sobre o assunto, assim como prescindimos de planejar formas de pesquisa de melhor entendimento de como tais efeitos acontecem e a probabilidade e as condições ambientais em que ocorrem

Bronte (2000) considerar 5 níveis em vez de três. Porém tal opção tornaria, sem outras vantagens, demasiado rígida a teoria, sem que isso pareça confirmar-se na realidade, na medida em que, historicamente, somos capazes de identificar momentos em que cada gesto individual de cada cidadão adquire repercussões no seu íntimo e, ao mesmo tempo, nas instituições e no estado-de-espírito de toda a sociedade invulgares. Ou por outra, por norma só efectivas para seres tidos por privilegiados, em particular os grandes líderes. Quer isto dizer que o isolamento *a prioristico* de qualquer estrutura de níveis sociais teórico-empíricos releva da procura de um modelo paradigmático e não de um programa científico de pesquisa disponível para acolher ao mesmo tempo análise de conjuntura e análise de transformação a mais longo prazo, análise intraclassista, interclassista e transclassista. Como Hegel defendeu, é verdade que, ocasionalmente, os níveis mais abstractos e conceptualizados da realidade social, que só por processos de estigmatização podem ser confundidos com níveis mais racionais da realidade, tais níveis ambientais mais elevados como que se projectam para baixo, para os níveis institucional e quotidiano, num movimento sintonizado com o movimento inverso, de projecção de estados-de-espírito pessoais extraordinariamente auto-sintonizados ao nível quotidiano, como que numa epidemia, para grande confusão e resistência institucional e processual através dos mecanismos habituais. Nesses momentos, os movimentos sociais experimentam a sua historicidade, quer tenham ou não estado na origem das causas directas da configuração social de onde emergiu a fusão social e afectiva que sempre são este género de episódios.

O modelo que acabamos de apresentar é resultado da pesquisa metodológica capaz de superar o problema da inacessibilidade física e experimental das vidas prisionais, que se se pensar bem nem é assim tão exclusiva, dado que a intimidade da vida quotidiana é bem opaca a qualquer investigador (cf. Costa 1999) assim como a vida institucional das organizações privadas e mesmo das públicas. Ora, a perspectiva que desenvolvemos permite-nos considerar indirectamente a recolha e tratamento da informação que fará parte do *corpus* da nossa investigação (Cf. Dores 2000b). Os fenómenos sociais totais estão sempre presentes, embora a sua evidência seja numas circunstâncias óbvia e, noutras circunstâncias, apareça como contra-factual, afectiva e emocionalmente, ideológica e esteticamente encobertas aos leigos.

Neste sentido, estado-de-espírito – conceito a reter e a desenvolver – emerge como uma gramática quotidianamente mobilizada de forma instável, quiça evolutiva,

não intencional mas susceptível às intenções estruturadas (cf Elias 1993) à semelhança da ideologia relativamente às práticas políticas.

## Bibliografia

Alberoni, Francesco, *Génese*, Lisboa, Bertrand, 1989.

Boltansky, Luc e Chiapello, Ève, *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, Paris, Gallimard, 1999.

Brante, Thomas “Consequences of Realism for Sociological Theory-Building”, manuscrito, Universidade de Lund, 2000

Costa, António Firmino da, *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta, 1999.

Damásio, António *O sentimento de si*, Lisboa, Europa-América, 1999.

Dores, António Pedro, “Prisões de Portugal”, comunicação ao *IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra, 2000 (a).

Dores, António Pedro, “A prisão vista pelos presos”, artigo submetido para arbitragem na revista *Sociologia Problemas e Práticas* do CIES/ISCTE, 2000 (b).

Dores, António Pedro, “Profissões Informáticas em Portugal e o Novo Espírito do capitalismo”, comunicação à *ISA RC52 Conference, State, Political Power and Professional Structures: new partners and new challenges*, Lisboa, ISCTE, 2000(c).

Dores, António Pedro, “A mudança e as mudanças - crítica de algumas leituras da pós-modernidade”, in *Sociologia - Problemas e Práticas* nº16, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/ Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (CIES/ISCTE), 1996.

Elias, Norbert, *Os Alemães*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

Elias, Norbert, *O Processo Civilizacional*, Lisboa, D. Quixote, 1990.

Elias, Norbert, *Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, D. Quixote (1º edição por Michael Schoter de 1990, 1993

Goffman, Erving, *Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1988.

IImonen, Kaj, *Emotion and Consumption* - very preliminary draft, manuscrito, 2000.

Williams, Simon, *Emotion and Social Theory*, London, Sage, 2001.

Machado, Fernando Luís, “Os Novos Nomes do Racismo: especificação ou inflação conceptual ?”, in *Sociologia - Problemas e Práticas* n°33, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/ Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (CIES/ISCTE), 2000.

Parkin, Frank, *Marxism and Class Theorie; a Bourgeois Critique*, London, Tavistock, 1979.

Castanheira, Fernando Manuel Palminha, texto abaixo assinado dos Presos Preventivos do EPL em número de 56 dirigido às autoridades e associações de Direitos Humanos, a 11 de Dezembro de 2000.